

## **COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

### **PROJETO DE LEI Nº 256, DE 1991**

(Apensados Projetos de Lei nº 5.416, de 2001, e nº 5.517, de 2001)

Regulamenta o disposto no inciso III do artigo 221 da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá outras providências.

### **COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO**

No dia de hoje, apresentamos a esta Comissão complementação de voto que concluíamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 256, de 1991, e de duas emendas propostas por este relator. Durante as discussões sobre a matéria o nobre Deputado Bispo Wanderval sugeriu diversas alterações nas emendas propostas que acatamos após longo processo de negociação. Para introduzir essas novas modificações de consenso, optamos pela apresentação de duas subemendas modificativas.

Assim sendo, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 256, de 1991, e das emendas e subemendas apresentadas, e pela rejeição das proposições apensadas, Projetos de Lei nº 5.416, de 2001, e nº 5.517, de 2001.

Sala da Comissão, em            de            de 2002 .

Deputado Marcelo Barbieri

Relator

## **COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

### **PROJETO DE LEI Nº 256, DE 1991**

(Apensados Projetos de Lei nº 5.416, de 2001, e nº 5.517, de 2001)

Regulamenta o disposto no inciso III do artigo 221 da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá outras providências.

### **SUBEMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se à emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 256, de 1991, a seguinte redação:

*“Art. 1º As emissoras de televisão ficam obrigadas a veicular, no horário de 05:00 às 24:00 horas, programas culturais, artísticos e jornalísticos totalmente produzidos e emitidos nos estados onde estão localizadas as sedes das emissoras e/ou suas afiliadas, nas seguintes condições:*

*I – vinte e duas horas semanais, no caso de emissoras que atendem áreas geográficas com mais de um milhão e quinhentos mil domicílios com televisores.*

*II – dezessete horas semanais, no caso de emissoras que atendem áreas geográficas com menos de um milhão e quinhentos mil domicílios com televisores.*

*III - dez horas semanais, no caso de emissoras que atendem localidades com menos de quinhentos mil domicílios com televisores.*

*§ 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II deste artigo deverão, no prazo de cinco anos, alcançar respectivamente trinta e duas horas e vinte duas horas, com o aumento, ao final de cada ano, de duas horas no primeiro caso e de uma hora no segundo.*

*§ 2º No caso da Amazônia Legal, os valores estabelecidos no caput serão atendidos considerando-se programas produzidos e emitidos na região.*

*Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:*

*I - Produção Regional: a produção cultural, artística e jornalística totalmente produzida e emitida nos estados onde estão localizadas as sedes das emissoras de radiodifusão ou televisão e suas afiliadas e realizada por produtor local, seja pessoa física ou jurídica.;*

*II - Produção Independente: aquela realizada por produtor ou produtora independente que não tenha qualquer relação econômica ou de parentesco próximo com os proprietários, quotistas ou acionistas da emissora exibidora, seja pessoa física ou jurídica.*

*III - Programas culturais, artísticos e jornalísticos: programações e apresentações musicais, espetáculos de teatro, ópera, circo, dança, teledramaturgia, obras*

*audiovisuais de ficção, documentários e animação, programação jornalística e religiosa, sendo que esta última no limite de dez por cento do total.*

*IV - Teledramaturgia: novelas, seriados, séries, mini-séries e outras obras audiovisuais;*

*V - Programação Jornalística: telejornais, debates, mesas-redondas, entrevistas, documentários, reportagens e assemelhados, e eventos esportivos.*

*Art. 3º As emissoras de televisão deverão exibir em sua programação, pelo menos, uma obra cinematográfica ou videofonográfica nacional por semana, sendo, no mínimo, cinquenta por cento de longa metragem.*

*§ 1º A exibição de obra cinematográfica ou videofonográfica de produção independente será computada em dobro para os fins do disposto no art. 1º*

*§ 2º Nos serviços de vídeo sob demanda prestados pelas operadoras de serviços de telecomunicações deverá ser observada a obrigatoriedade de exibição de um mínimo de cinquenta por cento de programas ou obras audiovisuais de produção nacional.*

*Art. 4º O não cumprimento dos percentuais mínimos fixados nesta lei por parte das emissoras de rádio e televisão implicará a aplicação das seguintes penalidades:*

*I – advertência;*

*II – multa;*

*III – suspensão da concessão por até 24 horas, no caso da primeira reincidência;*

*IV - suspensão da concessão por até 30 dias, no caso de nova reincidência;*

*Art. 5º As emissoras de rádio e televisão terão um prazo de 2 (dois) anos para adaptar suas programações aos percentuais definidos nesta Lei.'*

Sala da Comissão, em            de            de 2002 .

Deputado Marcelo Barbieri

Relator

## **COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

### **PROJETO DE LEI Nº 256, DE 1991**

(Apensados Projetos de Lei nº 5.416, de 2001, e nº 5.517, de 2001)

Regulamenta o disposto no inciso III do artigo 221 da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá outras providências.

### **SUBEMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se à emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 256, de 1991, a seguinte redação:

*“Art. No caso das emissoras de televisão, pelo menos quarenta por cento das horas semanais estabelecidas no art. 1º deverão ser obrigatoriamente cumpridos com a veiculação de produção independente.*

*Parágrafo único. Do total reservado à produção independente, pelo menos quarenta por cento deverão ser destinados à apresentação de documentários, de obras audiovisuais de ficção e de animação, incluindo*

*teledramaturgia, e até cinco por cento à apresentação de obras audiovisuais de publicidade comercial.*

*Art. As operadoras de serviços de televisão por assinatura deverão destinar, em sua grade, canal inteiramente dedicado à veiculação de produção cultural e educativa brasileira, sendo que, no mínimo, sessenta por cento da respectiva programação deverá ser fornecida, mediante contrato, por produtores independentes para exibição pela operadora.*

*Art. As emissoras de rádio são obrigadas a destinar, diariamente, pelo menos vinte por cento do seu tempo de transmissão para a veiculação de programação musical ou jornalística de caráter nacional e dez por cento para a de caráter regional.”*

Sala da Comissão, em            de            de 2002 .

Deputado Marcelo Barbieri

Relator